



ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

Custos Sociais e Económicos da Violência Exercida Contra as Mulheres em Portugal: dinâmicas e processos socioculturais

MANUEL, Manuel

Doutorado, Liderança Inovação

Género Vida Privada, Violência Crime e segurança interna

FCSH-UNL

m.lisboa@fcsch.unl.pt

BARROS, Pedro Pita

Doutorado, Economia

ppbarros@fe.unl.pt

CEREJO, Sara Dalila

Licenciada, Género e vida privada, culturas juvenis alternativas

dalilacerejo@fcsch.unl.pt

Resumo

A violência contra as mulheres, em particular a doméstica, é hoje assumida como um problema social, cuja investigação a Sociologia não pode ficar alheia. Na última década, das várias pesquisas desenvolvidas em Portugal, destaca-se o estudo dos custos resultantes da violência exercida contra as mulheres. Os resultados que nos propomos apresentar nesta comunicação, correspondem à primeira investigação realizada em Portugal sobre os custos económicos com a saúde resultantes das situações de violência doméstica. A análise da vitimação será contextualizada em função do espaço e tempo em que ocorrem os actos, bem como das dinâmicas e processos sócio-culturais que estão subjacentes à produção e reprodução da violência. Além das consequências ao nível da saúde física e psicológica em geral, o estudo permitiu ainda quantificar os custos económicos relacionados com a saúde, tanto ao nível do Serviço Nacional de Saúde como de outros serviços.

Palavras-chave: Violência doméstica, custos sociais e económicos e dinâmicas socioculturais





1. Introdução

Na maioria dos países da Europa, a violência exercida contra as mulheres é hoje considerado como um problema social, que, por lado, se situa no âmbito da violação dos direitos humanos e, por outro lado, é visto como um obstáculo ao pleno desenvolvimento da democracia.

De facto, nas últimas décadas, esta temática tem vindo a ganhar relevância e a preocupar instâncias políticas e sociais nacionais e internacionais, quer pela dimensão do problema (pelos dados dos últimos estudos de 2002 e 2003, efectuados em Portugal, a violência contra as mulheres afecta cerca de 1/3 das mulheres com 18 ou mais anos), quer pela responsabilidade social e política dos governos zelarem pelo bem-estar das suas sociedades.

De um ponto de vista sociológico, este tipo de violência tem recortes de desigualdade económica, política, social e cultural que nos obriga a equacioná-la, também, como um fenómeno de *desigualdade de género*, historicamente construída e culturalmente enraizada nos vários segmentos da sociedade portuguesa.

Historicamente, convém lembrar algumas leis e normas do Estado Novo, onde, por exemplo, a mulher tinha de pedir autorização ao marido para se ausentar do país, ou era-lhe conferido o direito de abrir a sua correspondência. Se é certo que, quer no plano legislativo, quer das condutas colectivas, as mudanças são consideráveis, muitos dos recortes das desigualdades associadas aos papéis de género, bem como do modelo patriarcal que é ainda dominante em diversas sociedades, ainda prevalecem.

De entre os vários tipos de violência exercida contra as mulheres, a que é praticada no espaço doméstico mantém-se mais oculta, como diria Michelle Perrot, pelo que o seu combate é também mais difícil. As medidas legislativas tomadas neste domínio desde 1991, até à última lei sobre a *violência doméstica*, de 2007, representam um esforço nesse domínio. Contudo, só uma minoria de vítimas apresenta queixa às forças policiais ou recorre aos tribunais, como os mostram os estudos sobre a *saúde e violência contra as mulheres*¹ e os resultados recentes sobre a *violência de género*.

Nos últimos anos, a nível nacional e internacional, os estudos efectuados sobre os custos da violência, segundo critérios de natureza científica, têm contribuído decisivamente para trazer este tipo de violência para o primeiro plano das agendas políticas dos estados e de instâncias internacionais, como o Conselho da Europa, União Europeia e Nações Unidas.

A Sociologia tem dado um contributo decisivo neste domínio, numa perspectiva de trabalho interdisciplinar com a Psicologia, Medicina, Economia, Ciências da Educação e Direito. O objecto desta comunicação, e os resultados das investigações empíricas que a suportam, reflectem todo esse percurso.

2. Em torno dos conceitos de: *violência e custos sociais e económicos resultantes da violência*

O conceito de violência em geral, e em particular a que é praticada contra as mulheres, é objecto de diversas definições: umas mais centradas nas classificações jurídicas; outras, veiculando a posição de organizações nacionais ou internacionais envolvidas no seu combate; e, finalmente, as que procuram partir da perspectiva da vítima. Há ainda outras concepções da violência socialmente construídas em contextos socioculturais particulares que, muitas vezes, legitimam implícita ou explicitamente a acção do agressor.

Todavia, gostaríamos de deixar aqui três ideias centrais para a explicitação do conceito de violência: na primeira é que tal conceito remete para a ideia de *representação social*, nos termos definidos por Jodelet



(1989) e por Lourenço e Lisboa (1992); a segunda é que a violência não constitui uma totalidade homogénea, mas expressa-se sob formas diversas, de maior visibilidade ao nível físico, sexual, psicológico, de discriminação sociocultural, ou, como surge neste estudo, de um certo mal-estar social, insegurança e incerteza no futuro que as vítimas explicitam por constrangimento/violência social; terceiro, um acto considerado violento é sempre representado como uma transgressão, constituindo, pelo menos para quem o representa, um poder arbitrário não aceiteⁱⁱ.

Mesmo nos actos que são criminalizados, como acontece actualmente com os que se inscrevem na *violência doméstica*, sob a forma de *crime público*, é importante distinguir os conceitos de crime e violência. Crimes são os actos que a lei rotula como tal. Violência corresponde à representação que os actores sociais, individuais ou colectivos, fazem de determinados actos, estejam ou não identificados na lei como crimes. Nesse sentido, o conceito de violência está mais próximo dos actores sociais individuais, particularmente das vítimas. Daí resulta, também, a sua importância para o estudo dos custos sociais e económicos dos actos em que as mulheres são vítimas.

Por outro lado, o conceito de violência é dinâmico, reportando-se genericamente a uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento. A sua qualificação tem sido assumida em função de normas que variam consoante os contextos e podem não ser partilhadas por todos, pelo que os mesmos factos não são sempre apreendidos nem julgados segundo os mesmos critérios, assistindo-se a uma variação temporal e espacial do seu significadoⁱⁱⁱ.

Falar de violência contra as mulheres não é apenas abordar as consequências ao nível físico, psicológico ou de qualquer outro tipo. Quando estudamos o fenómeno mais de perto observamos que a violência exercida contra as mulheres tem custos de vários tipos: custos que afectam individualmente a vítima, mas custos, também, em relação aos que lhe estão mais próximos - por exemplo os filhos; custos que incidem directamente sobre as pessoas envolvidas, mas também custos que são pagos por toda a sociedade, nomeadamente através dos impostos - casas abrigo, polícia, magistrados, técnicos de apoio social; custos que têm uma expressão económica, mas custos, também, difíceis de quantificar - psicológicos, sociais e culturais; custos visíveis a curto prazo, normalmente associados aos actos de violência, mas custos, também, que se prolongam ao longo da vida - como o *stress pós traumático* - ou mesmo que afectam as gerações futuras - através dos filhos. Há igualmente custos que, pela sua natureza, num primeiro momento, só se deixam observar com instrumentos qualitativos. Por exemplo, os aspectos que se relacionam com as dimensões emocionais e afectivas, cujas consequências podem ter expressão na acção pessoal quotidiana, ou em acções futuras^{iv}.

O que habitualmente costuma designar-se por avaliação quantitativa dos custos diz respeito só a uma das suas dimensões: a económica. De facto, alguns desses custos podem ser objecto de cálculo macroeconómico. É o caso dos que se expressam por faltas ao trabalho, perdas salariais devido à não progressão na carreira e a despedimentos, tempo e dinheiro gastos com divórcios, separações conjugais, médicos, medicamentos e meios suplementares de diagnóstico, idas aos Hospitais e a Centros de Saúde, internamentos, incapacidades e outros prejuízos económicos resultantes do insucesso escolar das vítimas e dos filhos. Igualmente são de assinalar outros custos relativos a gastos orçamentais de organizações públicas e privadas e de instituições do Estado; estes particularmente dependentes da produção de estatísticas oficiais, muitas vezes insuficientes e, portanto, difíceis de avaliar^v.

Em Portugal, o primeiro estudo é feito em 2002, por solicitação da CIDM, o segundo em 2004, com a Direcção Geral de Saúde e, mais recentemente, uma nova investigação especificamente para avaliar os "custos económicos com a saúde", também em colaboração com a Direcção Geral da Saúde. Todas estas pesquisas sociológicas são efectuadas pela equipa da Universidade Nova de Lisboa, onde se incluem os autores deste estudo.



3. Custos ao nível das relações interpessoais e das actividades profissionais

No primeiro estudo efectuado em Portugal em 2003, sobre os custos sociais resultantes da violência exercida contra as mulheres, verificou-se que um dos espaços sociais mais afectados são os núcleos afectivamente mais próximos das vítimas, como sejam o da família e o dos amigos.

Por exemplo, quando se comparam as vítimas com as não-vítimas, verifica-se que as primeiras têm vezes maior probabilidade de se separarem de uma pessoa que lhes é importante.

Por outro lado, a percepção das mulheres inquiridas mostra que cerca de metade das vítimas estabelece uma relação de causalidade entre a violência e os efeitos negativos junto da família e dos amigos (47,3%). Sem dúvida que os membros da família se destacam com 40,2 % de casos, sendo na sua maioria filhos (58,8%)^{vi}.

Desta forma, também os filhos são, talvez, a seguir às próprias mulheres, as maiores vítimas dos actos de violência. Os resultados obtidos no mesmo estudo mostram que cerca de um quinto das mulheres tiveram filhos doentes durante os doze meses anteriores à realização do inquérito (21,2%). Iguamente se verifica que a probabilidade de isso acontecer com as vítimas é 50% maior do que nas não-vítimas. Aliás, numa parte significativa dos casos são as próprias mulheres vítimas a estabelecer esse nexo de causalidade^{vii}.

Mas, a probabilidade de ter filhos doentes aumenta ainda mais, para cerca do dobro, quando se analisam só os actos de violência que ocorrem nos últimos doze meses (35,5% e 18,7%); o que é compreensível, já que a proximidade temporal da doença permitirá também que mais facilmente ela seja lembrada^{viii}.

Os actos de violência têm igualmente repercussões ao nível da actividade profissional. Assim, e mesmo ao nível mais global das percepções, 15,2% das mulheres vítimas afirma claramente que a violência que sofreram tem, ou teve, manifestas consequências para a sua vida profissional futura.

Os resultados, do mesmo estudo mostram que só 15,6% das inquiridas referem ter tido dificuldades. Destas, 66,2% dizem respeito a casos em que tal aconteceu mais de uma vez, mas só uma pequena percentagem (9%) admite haver uma relação de causalidade com a violência. Todavia, quando se analisam as situações de vitimação nos últimos doze meses verifica-se que nas vítimas há uma probabilidade dupla de tal acontecer face às não-vítimas^{ix}.

Mesmo depois de inseridas no mercado de trabalho e quando trabalham por conta de outrem, só uma percentagem reduzida diz que teve dificuldades em ser promovida (4,7%). Todavia, a probabilidade de isso acontecer entre as vítimas é cerca do dobro das não-vítimas^x. Iguamente, as vítimas têm duas vezes mais probabilidade de despedimento do que as não-vítimas.

Numa visão mais global, e ao analisarmos as principais dimensões dos custos sociais, verificamos que as vítimas têm uma maior probabilidade de sofrerem consequências do que as não vítimas: três vezes mais em termos familiares e 54% ao nível profissional.^{xi}

Também o percurso escolar das vítimas parece ser afectado directamente pelos actos de violência dos quais as mulheres são vítimas. A este propósito podemos referir que, a percepção de insucesso escolar é bastante mais significativa nas mulheres vítimas de violência^{xii}.

Também o absentismo escolar aparece directamente relacionado com os actos de violência: de entre as mulheres que admitem o absentismo escolar, há uma clara associação às situações de violência: a probabilidade das mulheres vítimas faltarem é cerca de 72%, no primeiro caso, e de 70%, no segundo, quando comparadas com as não vítimas^{xiii}.

O percurso escolar dos filhos das mulheres vítimas é, também, directamente afectado pelas situações de violência. Os resultados do estudo que temos estado a citar mostram algumas dessas dimensões.



Assim, no caso das mulheres que têm filhos a frequentar a escola, enquanto apenas 0,6% das mulheres não vítimas considera que o ambiente de trabalho em casa não é bom, esta percentagem sobe para 13,6% no caso das mulheres que foram vítimas de violência. Estamos perante um dos resultados mais significativos desta dimensão, marcando uma situação que é, potencialmente, geradora de factores de mal-estar e de insucesso escolar^{xiv}.

À semelhança do que já se tinha verificado para os filhos que ainda frequentam a escola, também em relação aos que já não a frequentam é notório que os filhos das vítimas têm uma maior probabilidade de ter um mau ambiente de trabalho em casa. Neste caso, a diferença é ainda mais significativa: 0,8% para as mulheres que não foram vítimas contra 28,5% para as mulheres que foram vítimas de violência. Nota-se ainda que tal ambiente tende a piorar nas situações em que há vários tipos de violência^{xv}.

4. Custos com a saúde física e psicológica

Passando à análise dos custos da violência ao nível da saúde física e psicológica, os resultados dos estudos efectuados em 2003, no inquérito nacional e no inquérito aos Centros de Saúde^{xvixvii}, mostram claramente a amplitude e intensidade de tais custos.

Começando pela saúde física, e comparando as vítimas com as não vítimas, constata-se que as primeiras têm uma maior probabilidade de os seguintes problemas com a saúde^{xviii}: equimoses/hematomas (82%), feridas (100%), Coma (94%), hemorragias (94%)

• Intoxicações	(79%)
• Lesões genitais	(73%)
• Obesidade	(57%)
• Asma	(46%)
• Queimaduras	(46%)
• Palpitações	(44%)
• Tremores	(43%)
• Colite	(42%)
• Cefaleias	(40%)
• Vômitos frequentes	(40%)
• Dermatite	(37%)
• Úlcera gastro-duodenal	(37%)
• Dificuldades respiratórias	(37%)
• Sudação	(36%)
• Hipertensão arterial	(26%)



No que se refere aos custos psicológicos da violência, os resultados obtidos revelam também um conjunto amplo de sintomas, doenças e lesões que estão estatisticamente associados à vitimação^{xix}. Vejamos só os indicadores de saúde psicológica mais significativos quanto à probabilidade de ocorrerem mais nas vítimas: consulta de psicólogo/psiquiatra (200%), sentir desespero – sempre (556%), sentir vazio – sempre (479%)

- Desânimo – sempre (368%)
- Sentimento de culpa – sempre (355%)
- Tristeza e pesar – sempre (344%)
- Prazer e alegria –nunca (211%)
- Auto- desvalorização – sempre (128%)
- Ansiedade – sempre (112%)
- Falta de esperança (61%)
- Solidão (58%)
- Alucinações audiovisuais (117%)
- Sensação de desmaio (200%)
- Ideação suicida (300%)
- Tentativas de suicídio (600%)

Estes valores têm uma expressão equivalente no inquérito realizado um ano antes em todo Continente , e estatisticamente significativo das mulheres com 18 ou mais anos. Os resultados obtidos nos dois inquéritos são uma prova inequívoca dos custos com a saúde resultantes da violência^{xx}.

4. O que se pode medir

Centrando-nos nos custos a nível económico, a estimativa obtida no estudo efectuados nos Centros de Saúde, em 2007, aponta para que o custo médio com a saúde por mulher vítima de violência doméstica é de cerca de 140€ por ano^{xxi}, sendo que desse valor 127€ /ano são suportados pelo Serviço Nacional de Saúde (91%), em que 55% correspondem a consultas e 30% a medicamentos^{xxii}.

Em termos globais, os custos económicos suportados directamente pelas mulheres vítima de violência doméstica é 68% devida ao consumo de medicamentos^{xxiii}.

Sendo importante revelar os custos económicos das situações de violência, é também importante realçar que eles não são meramente económicos, tal como já foi a cima dito. Eles têm igualmente uma expressão na saúde psicológica e física das mulheres, nas relações familiares e de amizade, no trabalho, etc.



Conclusão

Os resultados aqui apresentados mostram de forma inequívoca, pela primeira vez em Portugal, a amplitude e intensidade dos custos da violência exercida contra as mulheres, bem como das implicações sociais e individuais daí resultantes. Quebra das redes sociais e interpessoais, absentismo escolar, dificuldades em promoções, dificuldades em arranjar emprego, despedimentos, assim como custos variados com a saúde física e psicológica; alguns dos quais pondo em risco a vida das vítimas.

Todavia, a violência praticada tem também implicações futuras através das novas gerações, quer quando os filhos são vítimas directas, como o mostra um estudo realizado nos Institutos de Medicina Legal^{xxiv}, quer quando eles assistem à agressão das mães e as implicações psicossociais expressam-se no seu desenvolvimento, incluindo o escolar.

De facto, uma das dimensões da reprodução social do fenómeno passa exactamente pela via dos filhos.

Bibliografia

JODELET, Denise (dir) (1989). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France;

LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; SILVA, Sofia Marques da; ROQUE, Ana; AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Colibri;

LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa; BARROSO, Zélia (2005). *Saúde e Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde;

LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa; CARMO, Isabel; NÓVOA, António (2003). *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM;

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel (1993). *Representações da Violência*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; MARTELEIRA, Joana (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM.

AS EM FICHEIRO AUTÓNOMO.

- ⁱ Lisboa, Manuel; Vicente, Luísa(2005). *Saúde e Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde: 23.
- ⁱⁱ *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres* (2006), Lisboa, Manuel (Coord). Lisboa: Colibri: 16.
- ⁱⁱⁱ Lourenço, Nelson; Lisboa, Manuel; Pais, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- ^{iv} *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres* (2006), Lisboa, Manuel (Coord). Lisboa: Colibri: 19.
- ^v Ibidem.
- ^{vi} Lisboa, Manuel, «Custos sociais: família, amigos e actividade profissional», in *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres* (2006), Lisboa, Manuel (Coord). Lisboa: Colibri, pp: 69 .
- ^{vii} Ibidem: 71.
- ^{viii} Ibidem: 71.
- ^{ix} Ibidem: 73.
- ^x Ibidem: 73.
- ^{xi} Lisboa, Manuel e Roque, Ana, «A violência no plural: olhar os números e procurar as pessoas», in *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres* (2006), Lisboa, Manuel (Coord). Lisboa: Colibri, pp: 135 .
- ^{xii} Nóvoa, António e Silva, Sofia, «Custos ao nível da Educação», in *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres* (2006), Lisboa, Manuel (Coord). Lisboa: Colibri, pp: 113.
- ^{xiii} Ibidem, pp: 113.
- ^{xiv} Ibidem, pp: 116.
- ^{xv} Ibidem, pp 116.
- ^{xvi} Lisboa, Manuel; Carmo, Isabel; Vicente, Luísa; Nóvoa, António; Barros, Pedro P.; Silva, Sofia Marques da; Roque, Ana; Amândio, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Colibri.
- ^{xvii} Lisboa, Manuel; Vicente, Luísa e Barroso, Zélia (2005). *Saúde e Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- ^{xviii} Ibidem.
- ^{xix} Ibidem.
- ^{xx} Vicente, Luísa, «Custos psicológicos nas mulheres vítimas de violência», in *Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres* (2006), Lisboa, Manuel (Coord). Lisboa: Colibri, pp: 95-109.
- ^{xxi} Do inquérito realizado às utilizadoras de Centros de Saúde, foram identificados cinco grupos de custos: consultas, tratamentos médicos e terapêuticas, exames de diagnóstico, medicamentos e custos com transporte. Estes custos foram calculados quer na óptica do SNS, quer na óptica da esfera privada das mulheres inquiridas. Os custos são obtidos, para cada mulher inquirida, pelo produto dos actos médicos ou de diagnóstico realizado com o respectivo “preço”, para custos referentes aos últimos 12 meses. Barros, PP; Lisboa, Manuel Coord. (2008), Relatório Final Os Custos económicos da Prestação de Cuidados de Saúde às vítimas de Violência doméstica: 67.
- ^{xxii} Barros, PP; Lisboa, Manuel Coord. (2008), Relatório Final - Os Custos económicos da Prestação de Cuidados de Saúde às vítimas de Violência doméstica: 103.
- ^{xxiii} Ibidem: 103.
- ^{xxiv} LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; MARTELEIRA, Joana (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM. Pp: 18.